

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.449.130 - SP
(2019/0051349-1)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
REQUERENTE : CLAUDIMIR FERREIRA
ADVOGADO : CLAUDINEI VERGÍLIO BRASIL BORGES E OUTRO(S)
- SP137816
REQUERIDO : MUNICÍPIO DE SOROCABA
PROCURADOR : DIEGO TAMARU E OUTRO(S) - SP339940

DECISÃO

Vistos.

Fls. 4/5 e 66e do Expediente Avulso - Trata-se de petições atravessadas por **CLAUDEMIR FERREIRA**, mediante as quais alega nulidade processual decorrente da inobservância do disposto nos arts. 5º, *caput*, da Constituição da República; e 926 e 1.036 a 1.041 do Código de Processo Civil de 2015, pleiteando o encaminhamento do feito ao Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, nos termos da decisão proferida no recurso representativo de controvérsia (AREsp n. 1.464.500/SP), para julgamento nos termos do recurso afetado.

Assevera que a desde a interposição do Recurso Especial a multiplicidade de demandas envolvendo exatamente a mesma matéria tratada no presente recurso foi alertada, tendo o mesmo sido reiterado no Agravo em Recurso Especial, com menção ao grave risco à isonomia e segurança jurídica, porque centenas de servidores em idêntica situação à do ora recorrente já tiveram suas pretensões satisfeitas.

Afirma que o presente Agravo em Recurso Especial foi julgado monocraticamente, sem deliberação acerca dos pedidos de observância da uniformidade, não fornecendo a adequada prestação jurisdicional, deixando, inclusive, de observar a necessidade de uniformização da jurisprudência e caracterizando vício de competência, porque a presente demanda deveria ter sido suspensa e encaminhada ao Presidente da Comissão Gestora de Precedentes do STJ para aplicação do regime dos repetitivos.

Aponta a existência de prejuízo, porquanto está a experimentar situação diferenciada de todos os demais, embora todos ostentem idêntica situação jurídica, estando sob o risco de ser alijado de seu crédito enquanto os demais, usufruindo de futuro "julgamento-modelo" favorável, poderão ter seus créditos satisfeitos pelo Município.

Apresentou, para tanto, os documentos de fls. 6/62 e 67/81e, do Expediente Avulso.

Feito breve relato, decidido.

Observo que, mediante a decisão de fls. 754/758e, o Agravo em Recurso Especial de **CLAUDEMIR FERREIRA** não foi conhecido, nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 253, I, do RISTJ, porquanto não atacados especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Isso porque o Recurso Especial não foi admitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo sob os fundamentos de que (fls. 699/700e):

i) ausente violação aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015;

ii) os argumentos expostos não são suficientes para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, que contém fundamentação adequada para lhe dar respaldo, tampouco ficando evidenciado o suposto maltrato às normas legais enunciadas;

iii) incidiria a Súmula n. 7 desta Corte, segundo a qual "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"; e

iv) impossibilitada a análise do dissídio jurisprudencial porquanto a parte recorrente teria deixado de atender ao requisito previsto nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973 e 255, § 1º, do RISTJ.

Entretanto, as razões do Agravo em Recurso Especial atacaram apenas os óbices referentes às ausências de violação aos arts. 489 e 1.022 do estatuto processual civil de 2015 e de maltrato às normas legais enunciadas, apresentam conteúdo genérico em relação ao verbete sumular n. 7/STJ e à ausência de comprovação da divergência jurisprudencial, porquanto apenas afirmada a não incidência desses óbices, mas não demonstrado como seria possível a análise da apontada violação, sem que implique o revolvimento do conjunto fático-probatório e o modo como, no Recurso Especial, teriam sido confrontados os acórdãos recorrido e paradigma, a fim de demonstrar que partiram de situações fático-jurídicas idênticas e adotaram conclusões discrepantes, bem como que teria sido comprovada a existência do dissenso pretoriano (fls. 703/719e).

Importante registrar, ainda, que a mencionada decisão foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico/STJ de 19.03.2019, e considerada publicada em

Superior Tribunal de Justiça

20.03.2019 (fl. 759e).

O Requerente-Agravante deixou transcorrer *in albis* o prazo recursal, razão pela qual restou certificado o trânsito em julgado da mencionada decisão, em 11.04.2019 e registrada a baixa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (fl. 762e).

Desse modo, impossibilitada a análise dos pedidos formulados, respectivamente, em 21.05.2019 e 25.06.2019 (fls. 4/5 e 66e do Expediente Avulso), porquanto formulados a destempo, considerando que deveriam ter sido apresentados em eventual recurso contra a decisão monocrática ou ao menos anteriormente ao decurso de prazo para tanto.

Posto isso, **NÃO CONHEÇO** dos pedidos de fls. 4/5 e 66e do Expediente Avulso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 24 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora